

**A sexualidade infantil e a educação escolar em três diálogos
na psicanálise: um estudo com a *grounded theory***

Child sexuality and the school education in three dialogues in
psychoanalysis: a study with grounded theory

Claudionor Renato Da Silva¹

Resumo

A sexualidade infantil é uma temática educacional ainda muito polêmica e resistente entre professores, pais e gestores escolares. Uma pesquisa de doutorado em educação, utilizando-se da metodologia Grounded Theory (GT) evidenciou que a sexualidade infantil enquanto teorização encontra na base psicanalítica sua fundamentação teórica e metodológica para o campo da educação escolar. Este artigo, organizado sob a metodologia bibliográfica é um recorte desta tese concluída e se preocupa (objetiva) em apontar três diálogos educacionais sobre a sexualidade infantil: 1) é um tema fundamentado na psicanálise, de Freud até a contemporaneidade, 2) enfrenta resistências e “espanto” pelos docentes e gestão escolar, bem como, estes, se sentem despreparados e não confortados com as manifestações/expressões da sexualidade das crianças pequenas, 3) a sexualidade infantil é uma temática das políticas públicas de proteção das crianças contra abuso e violência sexuais. Estes três diálogos, perpassam o currículo, a formação de professores e a necessária cultura escolar de aceitação das manifestações/expressões da sexualidade, atualmente, uma questão de direitos, direitos de aprendizagem, direitos de conhecimentos científicos em sexualidade humana, desde a infância.

¹ Doutor em Educação Escolar (UNESP/FCLar). Pedagogo e Licenciado em Matemática. Docente e Pesquisador no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG/REJ. E-mail: claudionorsil@gmail.com.

Palavras-chave: Sexualidade infantil. Psicanálise. Educação escolar. Grounded Theory.

Abstract

Child sexuality is a still very controversial and resistant educational theme among teachers, parents and school managers. A doctoral research in education, using the Grounded Theory (GT) methodology, showed that infantile sexuality as theorizing finds in the psychoanalytical basis its theoretical and methodological foundation for the field of school education. This article, organized under the bibliographic methodology, is a clipping of this completed thesis and is concerned (objective) to point out three educational dialogues on child sexuality: 1) it is a theme based on psychoanalysis, from Freud to contemporaneity, 2) it faces resistance and “Amazement” by teachers and school management, as well as they feel unprepared and uncomfortable with the manifestations / expressions of young children's sexuality, 3) child sexuality is a theme of public policies to protect children against abuse and violence. sexual. These three dialogues permeate the curriculum, teacher education and the necessary school culture of acceptance of the manifestations / expressions of sexuality, currently a matter of rights, learning rights, rights of scientific knowledge in human sexuality, since childhood.

Keywords: Child sexuality. Ppsychoanalysis. School education. Grounded Theory.

Introdução

Sexualidade infantil ou a sexualidade humana na infância é uma temática resistente e polêmica na educação escolar, mesmo que se saiba e se veja, cotidianamente, as manifestações ou expressões da sexualidade das crianças, tão naturalíssimas, essenciais ao desenvolvimento e inevitáveis no espaço escolar. Embora, a resistência em relação a esta realidade continue

sendo praticada e vivenciada por docentes e gestão escolar e, principalmente, entre os pais e responsáveis das crianças, seja na educação infantil, seja nos anos iniciais do ensino fundamental pesquisas sobre o tema continuam sendo realizadas.

Este artigo produzido na e para a área da educação é um recorte de uma pesquisa de doutorado (Silva, 2015) em Educação Escolar e se preocupa em apontar alguns dos dados das Sentenças Categoriais Conceituais (SCC) – uma das etapas da metodologia *Grounded Theory* (GT) – que geraram uma teorização em sexualidade infantil.

O objeto de investigação deste artigo é a sexualidade infantil, uma teorização produzida pela metodologia GT que encontrou como base de sua interpretação, a psicanálise, de Freud aos contemporâneos. Um lembrete importante: a psicanálise surgiu/emergiu da pesquisa, esta, uma característica fundamental da metodologia GT, de caráter indutivo, como será apresentado brevemente em subseção a esta Introdução.

A GT utilizada como metodologia na pesquisa de Silva (2015) e aqui apresentada em recorte gerou uma teorização em sexualidade infantil que se organiza em três conclusões finais. Da primeira conclusão final, a sexualidade infantil é teorizada tendo como referencial epistemológico, a psicanálise freudiana, mas não só em Sigmund Freud, se configura e se reconfigura na história da psicanálise até aos dias atuais com os chamados pós-freudianos, cada um à sua independência de pensamento ou “escola”, como Anna Freud, Klein, Lacan, Ferenczi e Reich. Acrescentam-se, ainda obras como Miller (1996), Coutinho Jorge (2008). A referência em Sigmund Freud e à psicanálise aparece em todas as etapas da pesquisa realizada sob a GT.

A segunda conclusão definida na tese apresenta os(as) professores(as) da educação infantil e anos iniciais que, no cotidiano escolar, admitem não estarem preparados para lidar com as expressões da sexualidade das crianças, preferindo, o silenciamento, a punição e o direcionamento destas questões aos pais e psicólogos e, num momento mais “rápido” ou “desesperador”, à gestão ou coordenação escolar. Nesta segunda

consideração também se percebe total desconhecimento dos docentes sobre os estudos da sexualidade infantil e da sexualidade humana, seja no âmbito da psicanálise ou demais abordagens do campo da psicologia da educação que estudam o desenvolvimento humano.

Na última frente conclusiva há olhares para políticas públicas em sexualidade humana. Nessa perspectiva se pensam possibilidades de serem construídas políticas curriculares, no campo educacional, e, portanto, de formação de professores, em licenciaturas, na afirmação de que a criança da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental são pessoas sexuadas, que suas manifestações (ou expressões) de sexualidade são pertinentes ao seu desenvolvimento “biopsicossexossocial”, conceito melhor apresentado e discutido no Primeiro Diálogo.

Assim, o presente artigo se estrutura sob a metodologia da pesquisa bibliográfica em Sampieri; Collado; Lúcio (2006) ao organizar os três diálogos sobre a sexualidade infantil no campo da educação escolar na fonte dos dados das Sentenças Categorias Conceituais – uma das etapas da GT – da pesquisa de Silva (2015).

Antes da apresentação dos três diálogos será apresentado, em breve subseção, a seguir, o que é e como se “faz” pesquisa sob a metodologia GT.

Breve apresentação da metodologia GT

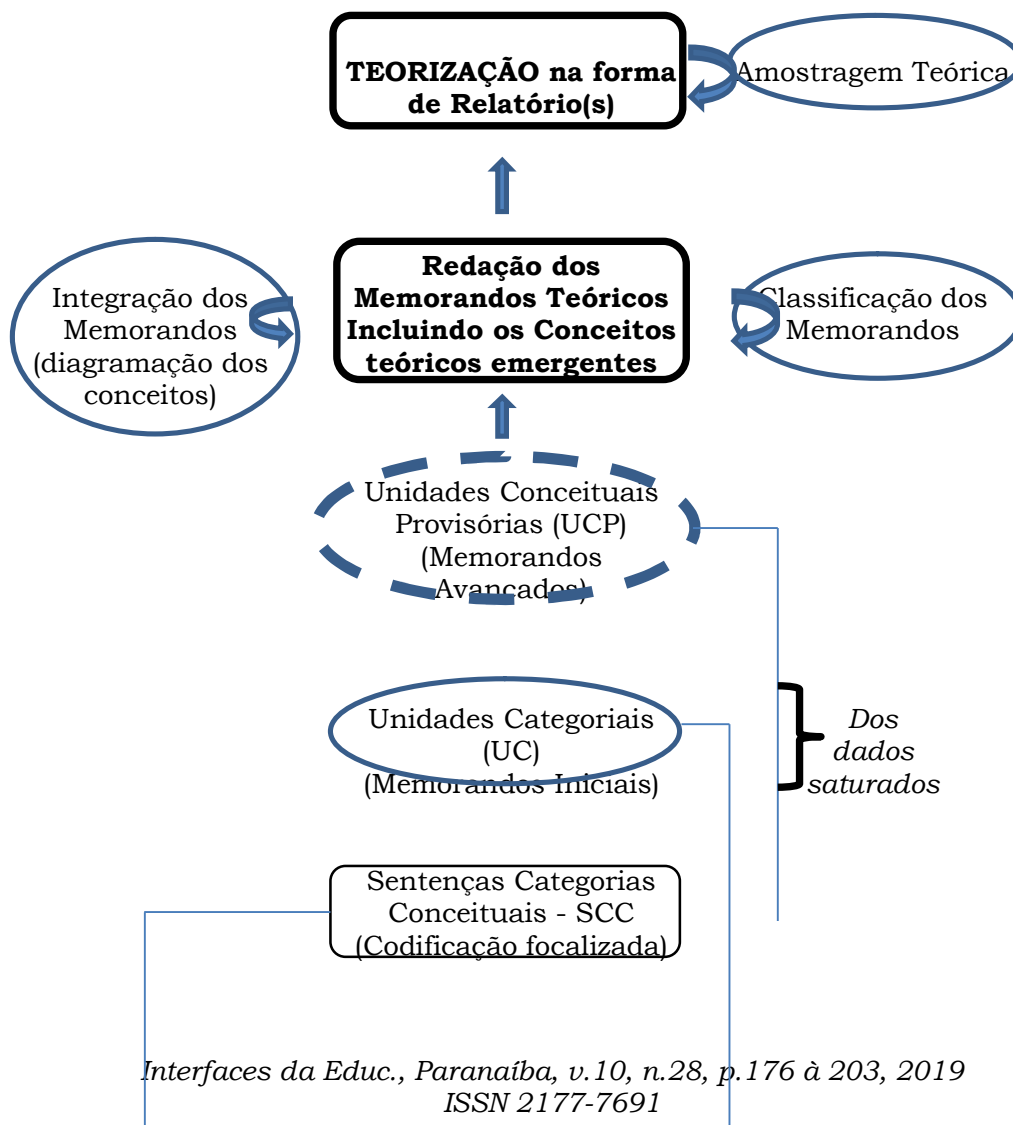
A metodologia GT segue a lógica indutiva de pesquisa, que é completa em si mesma, já consagrada no campo das ciências sociais e sociais aplicadas (Charmaz, 2009), mesmo com as ponderações de sua “provável” fragilidade apontadas pelo falseamento de Popper e sua proposta hipotético-dedutiva como “solução” ao que denomina de “problema da indução”.

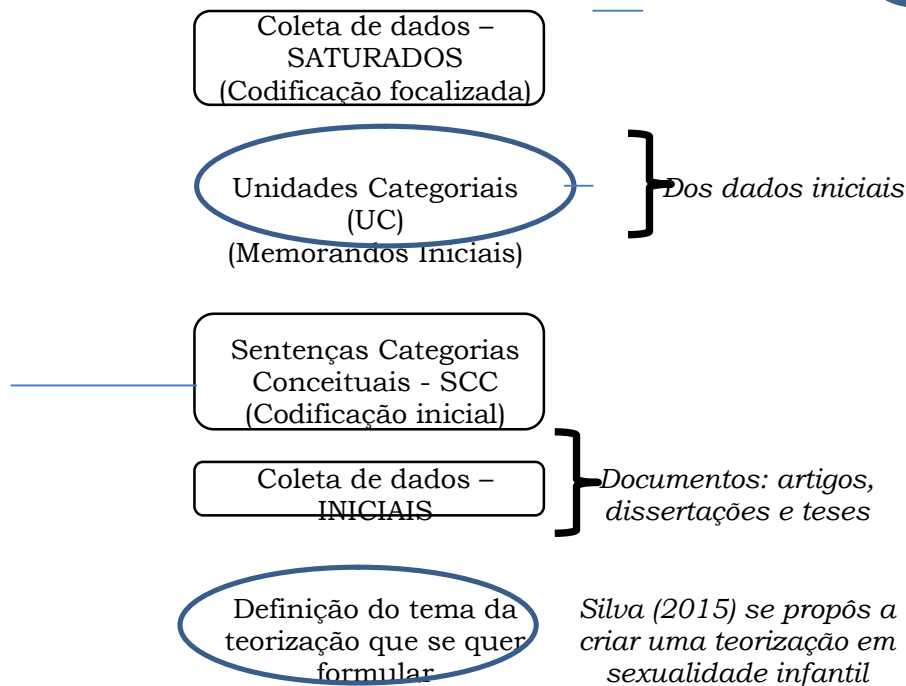
A GT nasceu no fim dos anos 1960 nos Estados Unidos, com Barney Glaser e Anselm Strauss na obra *“The Discovery of Grounded Theory”*. Atualmente, a GT possui várias vertentes na Europa, nos Estados Unidos e na Austrália. Kathy Charmaz é uma representante da vertente construtivista. (CHARMAZ, 2009; SILVA, 2019).

Na GT os dados escritos, resultados de entrevistas, documentos ou práticas etnográficas são transformados, desde seu início, em sentenças ou categorias interpretativas até se “tornar” um *corpus* teórico, resultante de uma problemática geral e ampla, nunca específica, como nas pesquisas dedutivas. Na GT a pergunta é “O que está acontecendo aqui sobre esse fenômeno que procuro conhecer, me aproximar e interpretar?”. (SILVA, 2019).

A Figura 1 apresenta a metodologia Grounded Theory construtivista de Kathy Charmaz utilizada na tese de Silva (2015).

FIGURA 1 – As etapas da metodologia GT.





Fonte: SILVA (2019, p.97).

Das primeiras fontes de dados da realidade, do fenômeno social, geram-se sentenças que representem de forma geral e ampla o registro da realidade. Estas sentenças são frases interpretativas que significam e dão sentido ao fenômeno. Estas sentenças vão recebendo um tratamento de interpretação que a todo o tempo vai passando por um crivo de constituição de definição(ões), categorias, subcategorias, conceito(s) e teorização interpretativa ampla, sem, em nenhum momento “receber” ou se articular à literatura da área em que a teorização está sendo efetivada/realizada.

Somente, depois, que a teorização é concluída passa-se à estruturação do Relatório de GT, em que, o pesquisador(a) articula a produção teorizada com a literatura da área (Amostragem Teórica) em teorização, indicando credibilidade, originalidade, ressonância e utilidade da teoria produzida que “emergem” dos dados da realidade, que se configuram em teorizações e não teorias, justamente, pela dinamização dos fenômenos sociais e a questão da “transitoriedade” da realidade social. (SILVA, 2019).

Neste artigo, utilizou-se da primeira etapa de construção da teorização em sexualidade infantil, as Sentenças Categóricas Conceituais (SCC) que são

frases interpretativas retiradas dos fragmentos de registros dos dados coletados da realidade social. Estas SCC permitem a construção dos três diálogos sobre a sexualidade infantil na educação escolar, diálogos estes teorizados a partir da GT.

Primeiro diálogo

O primeiro diálogo traz como referência o conjunto da obra de Sigmund Freud ao longo da sua trajetória na construção do que podemos chamar de sua teoria em sexualidade infantil. Seus primeiros pilares estão na “Interpretação dos Sonhos” (Freud, 1996a), prossegue nos “Três Ensaio” (Freud, 1996b) e a partir de então, vai se organizando e se reorganizando, e até se eliminando variáveis, aperfeiçoando outras, transformando conceitos. Ao longo do tempo, seus estudos e suas intervenções junto à parceiros(as) pesquisadores(as), em várias partes do mundo, efetivaram a aplicação da psicanálise em diversas áreas do saber, corporificando uma teoria que tem sido enfrentada, confrontada e atualizada até aos dias atuais.

Nesse primeiro Diálogo torna-se imprescindível, a menção e estudo das obras “Interpretação dos Sonhos” e “Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade”. Leva-se também em consideração que a temática da sexualidade infantil precisa ser “procurada”, como já se afirmou, na história do desenvolvimento da psicanálise, até aos nossos dias, ou seja, as diversas escolas de pensamento que ora geram novas teorias ou modelam o pensamento freudiano inicial ou o contradizem, mas que, de qualquer forma, mesmo as novas tendências e abordagens, ora mesmo aquelas que a questionam, positiva ou negativamente, sempre elencam o ponto de partida em Freud e constroem novas outras perspectivas e teorias.

O diálogo da psicanálise com a educação escolar neste primeiro momento está pautado nas diversas acepções da sexualidade infantil e mesmo as mudanças de concepções no próprio construto freudiano.

O primeiro aspecto é a base psicanalítica quando se trata de evidenciar o tema da sexualidade infantil e que geraram pela GT as Sentenças Categoriais Conceituais (SCC), apresentadas em recorte no Quadro 1.

QUADRO 1 - Sentenças Categoriais que confirmam a base psicanalítica da sexualidade infantil

SENTENÇAS CATEGORIAIS CONCEITUAIS DOS DADOS INICIAIS
Freud defende a sexualidade da criança.
Sobre as neuroses e as pulsões sexuais como temas da psicanálise que trata da sexualidade infantil.
Interpretação e transferência em Freud.
Dos temas ligados ao desenvolvimento psicosssexual, o destaque das perversões.
Elementos teóricos para a sexualidade infantil na formação de professores.
Homossexualidade e sua gênese na sexualidade infantil freudiana.
O estudo do trauma freudiano para se compreender as diversas nuances da sexualidade infantil.
O português Egas Muniz aprofunda os estudos freudianos sobre sexualidade infantil articulando a libido aos estudos das neurociências.
Pulsão sexual: um dos conceitos centrais em psicanálise para o estudo da sexualidade infantil.
Ampliação da teoria da sexualidade infantil freudiana em Jean Laplanche.

Fonte: Adaptado de Silva (2015)

As Sentenças Categoriais Conceituais (SCC) originárias na GT a partir dos fragmentos de textos se deram duas etapas: no início da pesquisa e depois, num segundo momento, uma vez esgotadas as documentações em uma fonte (*Google Acadêmico*), passou-se a outra (Site da CAPES, dissertações e teses). Respectivamente, são denominadas, SCC dos dados originais e SCC dos dados saturados (SILVA, 2015; 2019).

Desde os dados iniciais, já se delineia a referência de base psicanalítica freudiana na temática da sexualidade infantil. Isto se deve, pois, na pesquisa, conforme se define na GT, os dados, em fragmentos, extraídos de artigos, dissertações e teses que geram estas SCC devem estar “totalmente” revelados nestas SCC o que permite nas etapas seguintes, que estas SCC se transformem em conceitos, definições, categorias e, finalmente, na teorização em sexualidade infantil.

Dos artigos, dissertações e teses em que estas Sentenças Categoriais Conceituais foram formuladas ficam evidentes a contribuição de Sigmund Freud na temática da sexualidade infantil.

Freud afirmou e constatou, que, a partir da clínica dos “sonhos” não se podia desconsiderar a variável sexualidade e, por conseguinte, a sexualidade infantil (FREUD, 1996c).

O enfrentamento de Sigmund Freud aos médicos e professores da sua época foi decisivo para a organização de uma reflexão mais séria sobre a sexualidade infantil e as Sentenças Categorias Iniciais (SCC) dos dados saturados vão confirmar isso, ou seja, se confirmam a base psicanalítica do tema da sexualidade infantil e sua relação com a medicina e a escola, sobretudo, a crítica freudiana em relação aos pais, que encaravam as manifestações da sexualidade das crianças como desvios do normal, da heterossexualidade e dos padrões para homens e mulheres na sociedade.

Uma questão é importante aprofundar nesse momento, em que se relata a resistência de médicos e professores, bem como, dos pais, sobre as manifestações da sexualidade das crianças. Esta questão está relacionada com a região fronteira da psicanálise com a educação escolar: a relação clínica e sala de aula. A consideração de que a clínica não é a sala de aula e a sala de aula não é a clínica é uma temática ainda não consolidada nos estudos sobre sexualidade infantil e a base psicanalítica.

Neste assunto se destacam estudos como os de Almeida (2011) com o conceito de “dispositivos clínicos” e a relação com a prática pedagógica e os estudos de Kupfer (2001) com o conceito de “educação terapêutica”. Acrescentam-se, ainda, Cifali (2001), Blanchard-Laville (2007) e Bernard (2007) - apenas para citar alguns autores - que indicam esse encaminhamento da psicanálise atual em colocar em relevo as fronteiras da clínica com a sala de aula, as práticas pedagógicas e as mediações aluno-aluno e aluno-professor. A relação clínica/sala de aula ficará ainda mais evidente no Segundo Diálogo.

No Primeiro Diálogo, dois conceitos são criados, seguindo o método GT: o conceito de “desenvolvimento biopsicossexossocial” e o conceito de “didática da sexualidade”. Ambos os conceitos colocam a psicanálise como base conceitual e metodológica para serem pensadas as práticas pedagógicas, envolvendo a sexualidade infantil, portanto, conceitos que se direcionam à formação de educadores sexuais.

Este conceito o desenvolvimento “biopsicossexossocial” retira do “obscuro” ou do “pano de fundo” do termo “biopsicosossocial”, a dimensão

“sexual” ou o aspecto da sexualidade para tratar do desenvolvimento humano e sai na defesa de que o desenvolvimento humano é também sexual. E, para eliminar resistências e revelar a sexualidade humana como um conhecimento científico é necessário evidenciar o “-ssexo” na terminologia, com a devida e obrigatória observação que esta dimensão está no “biopsicossocial” – clássico conceito nos estudos do desenvolvimento humano na psicologia da educação, disciplina fundamental na formação inicial de professores. Reitera-se, que é certo que a sexualidade humana nos estudos da psicologia do desenvolvimento está “embutida” no “-bio”, no “-psico” e no “-ssocial”, mas, explicitar e evidenciar esta dimensão na expressão clássica do “biopsicossocial” na formação inicial de professores parece ser importantíssimo e fundamental para os estudos da área da educação sexual e a formação de professores, a formação de educadores sexuais.

Este acréscimo “- ssexo” traz, para a educação infantil, restritamente, a cientificidade dos estudos da sexualidade humana na educação. Reforça a ideia de que as manifestações da sexualidade infantil são estritamente de base psicanalítica.

O contributo do conceito de desenvolvimento biopsicossexossocial (Silva, 2015) sugere à educação escolar novos contornos à prática pedagógica e o currículo na linguagem da atual Base Nacional Comum Curricular.

No conceito de “Didática da Sexualidade” que tem muita relação com o Segundo Diálogo, a questão está posta sobre a prática pedagógica também e que, obviamente, tem como base o olhar psicanalítico.

Não se quer dizer que se dará uma aula ou conteúdo sobre sexualidade humana para as crianças da educação infantil ou dos anos iniciais do ensino fundamental. Trata-se de encarar as manifestações da sexualidade das crianças de maneira natural, resolvendo as dúvidas e, talvez, as perguntas das crianças, com cientificidade em sexualidade humana, não as privando do Direito ao saber, ou, no dizer psicanalítico, privando ou obstaculizando o “Desejo do Saber”.

É justamente, sob a perspectiva do Direito e também do Desejo, que o conceito de “Didática da Sexualidade” foi organizado por Silva (2015) numa perspectiva do perfil de Educador(a) Sexual.

Das Sentenças Categoriais Conceituais (SCC) geradas, aos conceitos de “desenvolvimento biopsicossexossocial” e “didática da sexualidade”, o Primeiro Diálogo com a educação escolar pode ser sistematizado nas manifestações ou expressões da sexualidade das crianças, na escola da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, o que sugere, professores e professoras bem formados em sexualidade humana.

Pesquisas atuais como as de Weinmann (2014), Neves (2016), Silva; Brígido (2016), Oliveira (2016), Gueller (2016), Heuser (2016) e Melo (2018), apenas para citar alguns, coadunam-se com o Primeiro Diálogo e ajudam a compreender a sexualidade infantil em seu aspecto psicanalítico, enquanto referencial não só teórico, mas também metodológico com contribuições à educação escolar.

Segundo diálogo

Este diálogo diz respeito à consideração da sexualidade das crianças pequenas em creches e pré-escolas, bem como, nos anos iniciais do ensino fundamental, demarcada pela ação/reação dos professores(as) ao lidarem com esta realidade no espaço escolar, a realidade das manifestações e expressões da sexualidade das crianças (MARTINS; CASTRO 2016; GARCIA, 2017).

O diálogo confirma e traz para a sua base, a referência na psicanálise e permite a consolidação do conceito de Didática da Sexualidade apresentado no Primeiro Diálogo, uma didática que tem sentido para as práticas pedagógicas em sexualidade, práticas estas que devem estar esclarecidas e anunciadas aos pais e responsáveis no Projeto Político Pedagógico da escola para evitar resistências, surpresas e tantos outros “incômodos” que as pesquisas em educação sexual têm revelado. E, dois pontos justificam esta questão: 1) a questão dos direitos de aprendizagem “apostados” na atual BNCC e 2) a defesa da educação sexual como

conhecimento e saber científico e, em se pensar, a educação sexual como alfabetização científica, nos pressupostos de Chassot (2017) e ser retomada a “noção” de educação sexual como processo de ensino emancipatório.

A difícil aceitação do tema sobre a sexualidade infantil e a sexualidade humana na educação escolar e na formação de professores repousa no fato da desconsideração desta realidade ou a negação de sua existência, pelo discurso, ou seja, a negação da realidade e da constatação de que as crianças são sexuadas, conforme apontou a psicanálise freudiana. E, para se contrapor a esta realidade se reforça e se institui um discurso em nome de um moralismo que, não muito diferente da Europa, da época de Sigmund Freud, no início dos anos 1900, assume-se para a temática da sexualidade é uma discussão desnecessária, inócua e que “fere” os ideais da família “tradicional” e das “pessoas de bem”.

Atualmente, esta resistência é representada pela ideologia de gênero, por exemplo, ou a escola sem partido e a forte presença religiosa católico-protestante nos espaços políticos dos municípios, estados e federação, sobretudo, com ações de caráter impositivo e proibitivo, que tornam a sexualidade das crianças pequenas um tema proibido e de tratamento privado da família.

Autores como Reis (2016), Boroto (2016), Borges (2016), Garcia (2017) e Cavalcanti (2017) com seus estudos, confirmam o Segundo Diálogo e organizam indicações para a construção de inovações curriculares no tocante a educação sexual, ou seja, a busca de práticas mais efetivas numa perspectiva de cientificidade e prática cidadã emancipatória que se articulem às Diretrizes em Direitos Humanos das DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais) de 2013 (BRASIL, 2013).

Este segundo diálogo também traz apontamentos sobre o silenciamento social, as normas adultas patriarcais, impostas, sobretudo às crianças, às mulheres. Propõe-se a superação do silenciamento no tocante à sexualidade e o esclarecimento no Projeto Político Pedagógico da Escola, como já se afirmou; deve-se pontuar e apresentar aos pais e responsáveis, que a temática da sexualidade será abordada com toda naturalidade e com

fundamentos científico-curriculares ao longo do currículo, bem como, nas situações do cotidiano.

E, bem por isso, uma das discussões centrais no Segundo Diálogo é a ênfase no conceito de cotidiano ou teoria do cotidiano em Michel de Certeau. É no cotidiano da escola que se dão as manifestações e expressões da sexualidade infantil, tão naturais e tão normais ao desenvolvimento. E, por serem tão naturais e normais, devem assim ser tratadas pelo colegiado escolar adulto e, do mesmo modo, compreendidas, da mesma maneira, por seus pais e responsáveis.

O Quadro 2 apresenta algumas das Sentenças Categorias Conceituais (SCC) elaboradas a partir dos dados documentais, no processo de geração da teorização em sexualidade infantil, a partir do GT e que permitem as considerações deste Segundo Diálogo com a educação escolar.

QUADRO 2 - Sentenças Categorias que formulam o conceito de “incompletude docente” no aspecto da formação em e para a sexualidade infantil

SENTENÇAS CATEGORIAIS CONCEITUAIS DOS DADOS INICIAIS
A sexualidade infantil evidenciada na escola da infância: manifestações e dúvidas
Algumas respostas dos professores quando se trata de sexualidade infantil são sem nenhuma base de conhecimento em educação sexual... Simplesmente, senso comum e com uma fundamentação biologista, mas na maioria das vezes, religiosa.
A educação sexual na escola, na maioria das respostas docentes, deve ser feita por psicólogo ou especialista. <i>Omissão docente com a educação sexual.</i>
Relações tensas entre família/escola quando se trata da sexualidade infantil.
O professor como educador sexual.
Oficinas a educadores como possibilidade de trabalhar com mais naturalidade as expressões da sexualidade das crianças.
Situações do cotidiano da educação infantil: contributos à Didática.
Para os professores (as) o conceito de gênero é difuso e às vezes desconhecido. Para muitos, nem devia fazer parte da realidade da sala de aula.
Desconforto em tratar do tema da sexualidade: são “coisas” da vida privativa do indivíduo.
Práticas pedagógicas e formação docente para a diversidade dos arranjos familiares reproduzidos pelas crianças no espaço escolar.

Fonte: Adaptado de Silva (2015)

As SCC permitem se perceber que o dia a dia da escola de educação infantil é marcado pela sexualidade, sexualidade que permeia o fazer docente e o fazer discente infantil. É impossível a não consideração desta realidade que se constitui na própria vida humana, desde criança.

Outra evidência, a presença da psicanálise nas SCC e a referência à Sigmund Freud.

Nas sentenças elaboradas, os professores(as), participantes destas pesquisas ou relatores de suas respectivas práticas, demonstram, sem nenhuma restrição, com total segurança e clareza que se encontram despreparados(as) para lidar com as manifestações da sexualidade das crianças pequenas. Chegam a mostrar seus estranhamentos quando presenciam, dia a dia, estas manifestações.

A falta de formação e informação em sexualidade humana é a principal razão apontada nos dados da pesquisa de Silva (2015) e a recorrência desta variável permitiu a construção do conceito de “incompletude da docência” ou simplesmente “docência-incompletude” que, em suma, “[...] exprime a não presença do tema da sexualidade humana na formação de professores (SILVA, 2015, p. 126)”.

A construção do conceito de “docência-incompletude” que inclui seis pontos centrais, registrados a seguir, permite a aplicação do conceito e da prática pedagógica abarcada no Primeiro Diálogo, ou seja, a defesa “por” e “uma” Didática da Sexualidade, portanto, diálogo fundamental com a educação escolar. Os seis pontos são:

1. O tema da sexualidade humana está ausente no currículo da formação de professores nos cursos de Pedagogia [...].
2. Os professores ainda se espantam ao se depararem na escola com atitudes sexualizadas das crianças.
3. Os professores resistem tratar da temática da sexualidade infantil apontando em seus discursos para o deslocamento da “tarefa” no espaço escolar, aos profissionais da saúde e, em última instância, dever da família.
4. As ações de formação continuada ou de pesquisas/extensão são muito pontuais, somente para cumprimento de exigências destes cursos no que se refere a prazos [...]. E, portanto, temos a inexistência de dados que se preocuparam com efetividades destas ações, após o término destas formações ou projetos.
5. Um primeiro apontamento de saída para a incompletude é o esclarecimento, logo no início do ano letivo, de que o Projeto Pedagógico desenvolverá a temática da sexualidade; este Projeto divulgado e esclarecido aos pais evita o desgaste nas relações professores, gestores e pais/responsáveis.
6. O segundo apontamento de saída para a incompletude docente será um diagnóstico desta (as) incompletude e quais fatores podem ser alvos de reflexão-ação para que, em conjunto, professores(as), pais/responsáveis, gestão e as crianças trabalhem na mesma direção

para se construir uma postura didática no espaço escolar de emancipação sexual, desde a educação infantil. Neste diagnóstico, investir no cotidiano e não em cursos, formações, ou seja, uma nova outra dinâmica, visando uma política de sexualidade que conduza à emancipação dos sujeitos. (SILVA, 2015, p. 194-195)

Assim, o conceito de incompletude da docência é, ao mesmo tempo, um enunciador e anunciador de uma realidade vivida e experienciada por professores na educação infantil e anos iniciais, mas que não se restringem apenas na questão denunciativo-construtiva, mas avança para propor saídas à problemática. E nessas saídas, se apresenta a Didática da Sexualidade como uma proposta metodológica ampla, naturalística e emancipatória visando processos de ensino-aprendizagem sadios, dinâmicos, científicos e respeitoso-afetivos com as crianças, inicialmente, respeitando suas subjetividades e direitos de aprendizagem científicos e, por consequência relações respeitosas com os pais/responsáveis destas crianças.

Nas falas de muitos docentes e nas perspectivas teóricas que aparecem nos dados que geraram as Sentenças Categorias Conceituais (SCC) para este Segundo Diálogo, é recorrente a obra de Sigmund Freud. Propõe-se, portanto, no diálogo, um investimento em formação inicial e continuada de professores (as) tendo como base os estudos em psicanálise. Mas, estas formações efetivas devem se traduzir na realidade da sala de aula e em sua relação com a clínica (psicanalítica). Desta forma, se consolida a perspectiva da prática pedagógica em sexualidade infantil, a partir da Didática da Sexualidade.

A aplicação deste segundo diálogo para professores, para gestores escolares e também pais/responsáveis pode ser resumida, no foco à postura do professor(a) em reconhecer a necessidade de formação em sexualidade humana e reconhecer, sobretudo, que sexualidade é educação integral, é ciência, é conhecimento, inclusive, e inserção política na sociedade.

Terceiro diálogo

O terceiro diálogo está no campo das políticas públicas, mas é, sobretudo, um tema multidisciplinar da Educação com o Direito, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública, enfim.

Na construção do Relatório Final da pesquisa, após a construção da teorização em sexualidade infantil, em que, neste momento, a teorização é confrontada com a literatura pertinente (Amostragem Teórica), elegeu-se como ponto de partida, para esta terceira assertiva da pesquisa, a obra “Totem e Tabu” (Freud, 1996c), um tratado antropológico-social, em que o termo cultura é apresentado na acepção psicanalítica. Esta articulação da sexualidade infantil com a cultura, sob o aporte da psicanálise é um estudo a ser aprofundado na área da educação sexual e permite uma ampliação singular na temática da sexualidade infantil. Há de se pontuar que neste terceiro conjunto de SCC, a concepção de “cultura” freudiana, foi recorrente nos textos dos dados elencados.

As reflexões em torno do “tabu”, o sagrado e o proibido fornecem fortes elementos psicanalíticos para compreensão das políticas em sexualidade humana, sobretudo, a sexualidade infantil, em consideração à proteção da criança, contra o abuso e a violência sexuais.

É importante lembrar que a leitura de “Totem e Tabu” (Freud, 1996c) é lida numa perspectiva de explicação psicanalítica para as relações sociais, sobretudo, como asseveram alguns autores, sobre as legislações que regulam as relações sociais; um segundo alerta: a leitura se restringe a Freud e, portanto, aprofundamentos são necessários em outras escolas psicanalíticas até a atualidade. Mais do que isso, esta obra não pode ser lida nem considerada sob um viés antropológico ou das ciências sociais, o que geraria um desconforto de um e outro lado, ela é uma obra estritamente freudiana. Sendo assim, consideram-se estas questões sociais e de poder, do ponto de vista psicanalítico, particularmente, de fundamentação freudiana. Julga-se este esclarecimento como de fundamental importância.

Fortalecem a temática das relações da cultura e das políticas em sexualidade infantil, Freud (1996c; 2010) e os autores(as) como Melanie Klein, Jacques Lacan, Maud Mannoni, Françoise Dolto. Trabalhos como os

de Carvalho; Guizzo (2016), Silva (2016 a), Marins; Castro (2016), Marins (2017), Guarda; Graupe (2018) são exemplos de investigações mais atuais sobre o que se comenta neste Terceiro Diálogo: políticas públicas de gênero, crimes de pornografia infantil na internet, políticas de proteção à criança no tocante à sua sexualidade e sua respectiva construção de identidade humana e sexual, rediscussões sobre o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre outros temas de investigações.

Trata-se também, neste diálogo, do alerta quanto ao compromisso da educação e, portanto, dos educadores(as), em levar com seriedade a temática da sexualidade infantil, particularmente, no que diz respeito a proteção física e integridade corporal das crianças pequenas contra toda violência e abuso.

É nesse tema, o das políticas protetivas que vai se concentrar o Terceiro Diálogo.

Um diálogo aqui aberto neste artigo é a possibilidade, dentro da psicanálise e, por outro, também, da educação, de serem criadas, por suas demandas de “acontecimentos” e “epistemologias” consolidadas, de se produzirem nesta região de fronteira (o da psicanálise e com a educação e destas com a filosofia), conhecimentos em pesquisa, prática pedagógica e clínica para tratar a temática da sexualidade infantil e, numa amplitude, também possível, a grande área da educação sexual.

Pautar esse diálogo no tema das políticas públicas em sexualidade implica discutir Direitos Humanos, em sua abrangência e, estritamente, o Direito à Educação Sexual, como cientificidade e, portanto, inerente ao currículo escolar, desde a educação infantil. Implica também toda legislação pertinente à proteção integral à criança e ao adolescente, sobretudo contra a violência e abuso sexuais.

O Quadro 3 apresenta uma parte da seleção de Sentenças Categrorais Conceituais (SCC) que justificam o Terceiro Diálogo sobre a sexualidade infantil.

QUADRO 3 - Sentenças Categrorais que justificam o Terceiro Diálogo

SENTENÇAS CATEGRORIAS CONCEITUAIS DOS DADOS INICIAIS
Novas significações do olhar docente sobre a sexualidade; respeitar os direitos das crianças

sobre a educação sexual.
Conhecimentos em sexualidade evita a medicalização e previne a violência.
A erotização televisiva contribui em muito para a surpresa dos professores em relação às manifestações da sexualidade na infância. A mesma surpresa causada no início do século XX, diante das proposições de Freud, de que as crianças são sexuadas.
Influência da mídia na erotização infantil.
A família tem um papel decisivo construindo diálogos e criticidade diante da produção televisivamente erótica.
Famílias monoparentais na discussão da sexualidade infantil.
O abuso infantil pode ser refreado no espaço educacional: professores como atores da prevenção da violência infantil.
O tema da sexualidade infantil não está desconectado do tema dos novos arranjos familiares.
Abuso sexual na infância: implicações na vida adulta e reconstruções das teorias freudianas da fantasia infantil.
O conceito de pedofilização nos convida a questionamentos importantes na área da educação sexual, particularmente, a sexualidade infantil.

Fonte: Adaptado de Silva (2015)

Na pesquisa de Silva (2015), o conjunto destas últimas SCC presentes neste diálogo é menor que os apresentados nos diálogos anteriores, mas de uma importância e singularidade indiscutíveis. Concentram-se neste terceiro diálogo: políticas preventivas de proteção à criança, temas como o abuso sexual, a violência sexual, pedofilia, erotização dos corpos infantis, empoderamento de meninas. Denúncias e estatísticas de casos de violência sexual contra crianças e alguns temas sobre práticas preventivas de violência e abuso sexuais com forte presença da área da Assistência Social.

O Terceiro Diálogo gera o conceito de “sexualidade infantil e temáticas sócio-políticas”. Dizem respeito a medidas protetivas, envolvendo o campo educacional, mas também corretivas, por meio de legislação, da jurisprudência, que garanta:

- A educação sexual, visando o respeito à menina e à mulher e seu empoderamento social, contra toda violência e abusos sexuais.
- Políticas curriculares mais efetivas no espaço escolar a partir das Diretrizes Curriculares em Direitos Humanos, como apontadas no documento Brasil (2013).
- Políticas que assegurem a cidadania, a democracia plena que impeça que correntes ideológicas como a religiosa-protestante, a ideologia de gênero, a escola sem partido cerceiem o desenvolvimento infantil e a liberdade de

pensamento e pluralidade de escolhas dos sujeitos, em seus posicionamentos frente à sexualidade, garantindo uma sociedade realmente democrática, livre, contra todo preconceito e discriminação.

- A inserção da categoria “cultura” junto às políticas, mas, a cultura na acepção psicanalítica, freudiana e pós-freudiana. E, nesse sentido, serem pensadas culturas em relação à sexualidade humana e, sobretudo, a aceitação da diferença.
- E, por último, uma articulação e incentivo à formação de coletivos numa perspectiva de movimentos sociais de proteção à infância e à criança, junto ao seu direito de se “apoderar” dos conhecimentos em ciência da sexualidade humana.

A discussão em torno das políticas se inicia a partir do foco da gestão de políticas. Agora, como pensar políticas protetivas sobre a sexualidade infantil frente aos atuais documentos DCN e BNCC, bem como o PNE 2014-2024 que minaram o tema da sexualidade humana, particularmente, a educação sexual? De que maneira estes documentos se articulam e se efetivam nas discussões sobre sexualidade infantil aqui apresentadas no Terceiro Diálogo? E o tema da violência sob o enfoque psicanalítico? Que contribuições podem ser dadas ao espaço educacional?

A busca por algumas respostas a todo este questionamento pode estar na relação entre a clínica, a educação e a política. Implica pensar o último elo, a política, ora como restritiva/reguladora, ora como garantia de direitos num configurar de formulação de leis.

A inclinação ou decisão, para um ou outro lado, traz consequências para a educação, o seu modo de se efetivar, o que não acontece com a clínica psicanalítica que levará sempre em conta o sujeito psíquico, o inconsciente que é “não-controlável” pelo Estado, muito menos pela educação, isto, se pensarmos estes espaços como interligados da maneira mais ampla possível, discussão essa que necessita ser ampliada e estudada.

O que se defende, contudo, é que as políticas sejam formuladas e gestadas visando a emancipação e a cidadania, a garantia de Direitos, o que,

dessa forma, produz o equilíbrio entre o espaço da clínica e o espaço educacional, possibilitando uma vida mais feliz, mais prazerosa e identificada com o desejo, como afirma a psicanálise contemporânea, uma aprendizagem do desejo e não da repressão.

Em Freud, as obras “Psicologia das Massas”, “Análise do Eu”, “O futuro de uma ilusão”, “O Mal-estar na Cultura” e “Porque a Guerra” são pontos de partida na esfera clínica, para, então, se lançar ao aspecto político (e das políticas) e, portanto, educacional, em sua relação social, indispensável e, indiscutivelmente necessária em tempos atuais.

Mas nenhuma referência sobre a relação da psicanálise e a política, no tocante à sexualidade infantil, é mais interessante que a obra de W. Reich. Em “A revolução sexual” (Reich, 1981) e também na “Psicologia de massas no fascismo” em que o autor traz um extenso debate na fronteira epistemológica psicanálise/sexualidade/política que merece o devido aprofundamento nas pesquisas em sexualidade infantil, pois se apresenta um contraponto total ao “O mal-estar na civilização”, de Freud (2010).

Especial anotação são duas obras de Reich, muito importantes à educação: “Os pais como educadores” (Reich, 1975) e “Combate Sexual da Juventude” (Reich, 1986) em que o autor faz sérias críticas ao modo como a sociedade abarcava o tema da sexualidade entre os jovens.

Ainda no tratamento da questão psicanálise/sexualidade/política, Reis; Patane (2012) afirmam que as políticas de educação sexual ou como se prefere chamar aqui “políticas em sexualidade” são produto da sociedade industrial e das novas demandas sociais oriundas dos relacionamentos afetivos e sexuais que se deslocaram do campo restrito da saúde e, por abarcar a vida em sociedade, exigiu da jurisprudência, uma normatização.

Importante assinalar que políticas em sexualidade passam a ser realidade em todas as partes do mundo, a partir dos anos 1990, sobretudo, com o trabalho de organismos internacionais como a OCDE (Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) e a ONU (Organização das Nações Unidas), organismos estes que “impõem” o que devem fazer os países que firmam acordos, para que elaborem documentos oficiais que possam

“organizar” a sociedade no tocante às políticas em sexualidade. A ONU, por exemplo, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Agenda 2030, aborda o empoderamento de mulheres e meninas (ODS5), como perspectiva de desenvolvimento cultural, estético, social, econômico e político (ONU, 2016).

Mas é necessário - e isso se busca - conforme assinalado por Reis; Patane (2012), que estas políticas sejam emancipatórias, libertárias e não, como se vem assistindo, políticas silenciosas, repressoras, neutras. Necessário é que haja políticas, além de escritas, inscritas, e aderentes à cultura, na concepção psicanalítica, para que sejam “absorvidas” pelas e nas práticas sociais, das quais, a educação é uma destas práticas, na Pedagogia.

A máxima do Terceiro Diálogo pode ser sintetizada nas questões relativas às Políticas em sexualidade e, neste sentido, também, pensarmos sobre os movimentos sociais pró-infância.

Considerações finais

Os estudos em sexualidade infantil e suas contribuições ao campo da educação, de modo mais amplo, e contribuições à educação sexual, de modo mais específico, não estão restritos a Sigmund Freud e suas obras, mas se estendem ao conjunto de autores e investigações ao longo do percurso histórico da psicanálise até aos nossos dias. Adiciona-se, ainda, a necessária construção de fronteira epistemológica com a Filosofia, particularmente com Butler, Deleuze e Foucault. Esta “fronteira” é importante e interessantíssima para a temática da sexualidade infantil no campo educacional, particularmente, no Terceiro Diálogo, quando se trata da diversidade sexual, os rearranjos familiares e as políticas em sexualidade.

A sexualidade infantil emerge como discussão na educação escolar em torno das manifestações ou expressões da sexualidade das crianças pequenas e encontra sua epistemologia na Psicanálise. Estas manifestações da sexualidade infantil se efetivam na vivência das práticas dos professores e professoras, na educação infantil e anos iniciais. Desdobram-se, por fim, neste cotidiano escolar, de professores(as) e crianças, bem como, dos pais

destas crianças, por exemplo nas questões políticas em sexualidade, que, atualmente são políticas curriculares existentes que precisam ser mais bem visualizadas e “visualizáveis” priorizando a proteção das crianças contra a violência e o abuso sexuais.

Estes diálogos aqui apresentados e discutidos se expandem para além da realidade da educação escolar, particularmente, e, neste caso, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, no tocante à manifestação da sexualidade das crianças e aos desafios dos professores(as) em lidar com estas manifestações, preferindo o silenciamento e a “ocupação” das e nas atividades para desviar o assunto e as dúvidas das crianças, negando-lhes o saber, o conhecimento sobre sua sexualidade, seu desenvolvimento, portanto, negando-lhes a cientificidade em sexualidade humana.

Do lado da psicanálise, a contemporaneidade do debate sobre a sexualidade infantil e a sexualidade humana, o que inclui, obviamente, as discussões sobre diversidade sexual, conduzem ao desafio, como já se apontou anteriormente, para a região fronteiriça epistemológica com a Filosofia, sem perder de vista a Educação, a Educação Sexual. Trata-se de um caminho interessante ao debate, à pesquisa e às políticas em sexualidade, bem como, a abordagem da cientificidade em Educação Sexual, num formato de “alfabetização científica”.

No campo educacional a amplitude dos três diálogos atende à realidade das tensões e conflitos presentes no cenário atual como, por exemplo, a escola sem partido e a ideologia de gênero. Na educação, estes movimentos contraditórios e não emancipatórios, representam, sem dúvida, retrocessos nas políticas e nas práticas sociais na diversidade, e ferem, sobretudo, a Constituição Federal.

Os diálogos, em seu conjunto, apontam para possibilidades de resistências e também de avanços nos processos de democracia e cidadania plenas o que inclui os direitos sexuais e das aprendizagens sobre sexualidade, como cientificidade e currículo escolar na educação básica e, neste caso a psicanálise contribui com a educação e a educação, por outro

lado, se estrutura em um aporte sólido e consolidado, porém, ainda em estudos, sobretudo, no entendimento da relação clínica e sala de aula, sala de aula e a clínica psicanalítica.

De alguma forma, a psicanálise se apresenta entre os diálogos, como fundamentação teórica e metodológica, com contributos à educação escolar e que precisam ser evidenciados na formação de professores, particularmente, na formação inicial, em cursos de Pedagogia, pois, pedagogos(as) é que irão trabalhar diretamente com as crianças pequenas na educação infantil e anos iniciais, etapas fundamentais ao desenvolvimento e, em se tratando de desenvolvimento sexual, práticas emancipatórias dos e aos sujeitos infantis, trarão resultados de inovações culturais em relação à sexualidade que, a longo prazo, eliminarão os evidentes e presentes desconhecimentos em sexualidade humana, com resultados maléficos, sobretudo, com relação à violência e o abuso sexual infantil, a violência contra mulheres e contra pessoas LGBT.

Espera-se que estes diálogos incentivem novas investigações, novas teorizações e teorias com a metodologia GT no campo da educação sexual, formando professores e educadores sexuais comprometidos com uma educação libertária e emancipatória aos sujeitos sociais infantis, futuros e futuras pessoas adultas que irão operacionalizar mudanças culturais e relação à diversidade sexual no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. F.C. Dispositivos *clínicos* de orientação psicanalítica na formação de professores: entre o cuidado, o ensino e a transmissão. In: ALMEIDA, S. F. C. ; KUPFER, M. C. M. (orgs). *A psicanálise e o trabalho com a criança-sujeito: no avesso do especialista*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011, p. 27-44.

BERNARD, P. O debate entre o cuidado e a educação: práticas clínicas atuais. *Estilos da Clínica - Revista sobre a infância com problemas*, v. 12, n. 22, p. 14-25, 2007.

BLANCHARD-LAVILLE, C. Em defesa de uma clínica de orientação psicanalítica em ciências da educação. *Estilos da Clínica – Revista sobre a infância com problemas*, v. 12, n. 22, p. 208-223, 2007.

BORGES, R.C.V. *Educação em sexualidade, sexualidade e gênero: desafios para professoras(es) do ensino infantil*. Araraquara, SP. 190f. 2016. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, SP. 2016.

BOROTO, I.G. *Tempos e contratempos da sexualidade infantil: concepções de professores da educação infantil*. São Mateus, ES. 157f. 2016. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação Ensino na Educação Básica. Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus (ES), 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CARVALHO, R.S. ; GUIZZO, B.S. Políticas curriculares de educação infantil: um olhar para as interfaces entre gênero, sexualidade e escola. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, Vol. 25, N.º 45, p. 191-201, jan./abr., 2016.

CAVALCANTI, A.G.L. *Sexualidade infantil: concepções e práticas de professoras da educação infantil*. João Pessoa, PB. 52f. 2017. (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Pedagogia, Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2017.

CHASSOT, A. *Alfabetização científica: questões e desafios para a educação*. 7.^a ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2017.

CHARMAZ, K. *A construção da teoria fundamentada*. Guia Prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CIFALI, M. Conduta clínica, formação e escrita. In: PAQUAY, Léopold et al. *Formando professores profissionais*. Quais estratégias? Quais competências? Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 103-118.

COUTINHO JORGE, M. A. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*, v. I, 3^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

FREUD, S. *Um caso de histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos*. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. (Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1901/1905), 1996b.

FREUD, S. *Totem e Tabu e outros trabalhos*. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. (Vol. XIII). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1913/1914), 1996c.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização, Novas Conferências Introdutórias e outros textos*. Obras Completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. *A interpretação dos Sonhos (I)*. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. (Vol. IV). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1900), 1996a .

GARCIA, R.R. A sexualidade na educação infantil. *Revista Eventos Pedagógicos*, Sinop, MT, vol. 8, n° 1, p. 224-239, jan./jul., 2017.

GUARDA, I.M. ; GRAUPE, M. E. Políticas Públicas de Gênero: uma análise dos currículos de graduação e pós-graduação na cidade de Lages. In: *Revista UNIPLAC*, Lages, SC, v. 6, n. 1, 2018.

GUELLER, A.J.S. (2016). Introdução a “Contribuições para a sexualidade infantil”, de Moshé Wulff. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 500-511, setembro 2016.

HEUSER, C.B.D. *A concepção psicanalítica e a clínica infantil*. Ijuí (RS). 41f. (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Psicologia, Departamento de Humanidades e Educação. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí (RS), 2016.

KUPFER, M. C. *Freud e a Educação; o mestre do impossível*. Pensamento e ação no Magistério. São Paulo: Scipioni, 2001.

MARTINS, R.A. *Abuso sexual de crianças: diferenças entre agressores sexuais por contacto e ofensores por pornografia infantil*. Porto, Portugal. 85f. (Dissertação de Mestrado). Faculdade da Medicina do Porto, Portugal. Porto, 2017.

MARTINS, R.R.; CASTRO, R.M.M. Diversidade sexual e de gênero no contexto escolar: conceitos, políticas públicas e função da escola. In: *Revista Profissão Docente*, Uberaba, Vol. 16, N.º 34, p. 128-138, fev.-jul., 2016.

MELO, R.B. O real infantil e a atualidade dos Três Ensaio. In: *Stylus Revista de Psicanálise Rio de Janeiro*, N.º 35, p.23-31, fev. 2018.

MILLER, J. A. *Matemas I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

NEVES, T.I. A deformação do conceito de sexualidade: o percurso epistemológico freudiano. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 68, n. 1, p. 49-61, 2016.

OLIVEIRA, C. Freud, a sexualidade perverso-polimorfa e a crítica ao discurso da degenerescência: revisitando tensões entre Psicanálise e Psiquiatria. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. XIX, n. 1, jan./abr., p. 53-67, 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas*. Brasília: ONUBR, Nações Unidas no Brasil, 2016.

REICH, W. Os pais como educadores: A compulsão a educar e suas causas. In SCHMIDT, V. *Elementos para uma pedagogia anti-autoritária*. Porto, Portugal: Escorpião, 1975, p. 53-68.

REICH, W. *Revolução Sexual*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

REICH, W. *O combate sexual da juventude*. São Paulo: Edições Epopeia, 1986.

REIS, M.A.S.; PATANE, R.S. Políticas de Educação Sexual em meio escolar: um estudo comparativo em Portugal e no Brasil. In: REIS, M.A.S.; ALEVATO, H. (Orgs.). *Nexus e Sexus: perspectivas instituintes*. Petrópolis (RJ): DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012, p. 21-36).

REIS, M.C.L. A atuação dos professores de Educação Infantil em relação ao gênero: sexualidade infantil, discriminação social e relações de poder. São Paulo. (140f). 2016. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, C.R. *Proposta teórico-interpretativa em sexualidade infantil: contribuição à educação sexual a partir da Grounded Theory*. Araraquara (SP). 342f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, SP, 2015.

SILVA, C.R. *Grounded Theory: a abordagem construtivista para pesquisas em educação sexual no Brasil*. 2.^a ed. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2019.

SILVA, C.R.; MAIA, A.C.B. O método Grounded Theory nas pesquisas em educação sexual. *Criar Educação*, Criciúma (SC), v. 6, n. 1, 2017b.

SILVA, F.B.; BRÍGIDO, E. A sexualidade na perspectiva freudiana. *Revista Contemplação*, v. 13, p. 125-138, 2016.

SILVA, J.M.A. *Cibercrime: o crime de pornografia infantil na internet*. Coimbra (Portugal). 57f. 2016. (Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016 a.

WEINMANN, A.O. *Infância: um dos nomes da não razão*. Brasília: Editora UnB, 2014.